

Por uma pedagogia da notícia: o conceito de comunicação em Paulo Freire

Cláudia Chaves Fonseca

Resumo

Este artigo propõe uma revisitação ao conceito de comunicação proposto pelo educador brasileiro Paulo Freire (1922-1997) com o objetivo de contribuir para o entendimento do fenômeno emergente das fake news no cenário contemporâneo. As notícias falsas, de acordo com estudiosos da mídia, são um dos indícios de que estaríamos vivendo em uma época de desinformação generalizada. Embora não tenha sido comunicador de formação estão presentes, na obra de Freire, diversas referências à comunicação como um conceito pertinente à educação (e vice-versa). O autor propugnou a indissolubilidade entre educação, comunicação e cultura de modo que, quando consideramos a interface entre estes campos do conhecimento, seguimos em direção à construção de uma Pedagogia da Comunicação. Freire afirmou que o ato educativo somente é considerado como tal se houver diálogo, em uma interpelação à alteridade. A comunicação é uma relação social, de tal modo que precisamos nos educar para a crítica de mídia.

Palavras-chave: Fake news. Pedagogia da Comunicação. Paulo Freire.

Introdução

Um dos fenômenos mais discutidos atualmente por aqueles que exercem o jornalismo, que o estudam, que se interessam por ele ou fazem parte do público, é a criação e a disseminação de *fake news* (literalmente, notícias falsas). Embora não seja uma prática nova, uma vez que rumores, boatos e fofocas tenham se espalhado – e feito estragos – em diversos momentos da história, nos dias atuais as *fake news* se distinguem por pelo menos três motivos: o primeiro se encontra na ordem da produção, ou seja, indivíduos e instituições deliberadamente operam como criadores deste tipo de (des)informação, com finalidades político-ideológicas ou outras; o segundo é a velocidade de alcance, uma vez que o conteúdo é replicado instantaneamente pelas mídias sociais a partir dos dispositivos móveis e, finalmente, parecem escapar a qualquer tipo de restrição ou de controle, seja dos governos, das instituições ou do público. Não é à toa que observamos diversas tentativas de lidar com a situação, a exemplo de governos de diversos países legislando a respeito do tema, numa tentativa de punir abusos, como a criação de agências jornalísticas de checagem de dados, já que eliminar o fenômeno, em época de mídia digital, torna-se altamente improvável.

Não é fácil entender um conjunto de acontecimentos cujo funcionamento ainda se delinea, de modo que a definição de *fake news* não é consensual, mesmo que suas consequências sejam, por vezes, avassaladoras. Aqueles que lidam mais diretamente com a questão, jornalistas profissionais e acadêmicos da área de Comunicação, se veem atropelados pela celeridade dos acontecimentos, a gravidade dos efeitos e as modalidades que diariamente surgem, como a recente denúncia de gravação de vídeos falsos.

De fato, por se constituir em um fenômeno ainda em curso, que não mostrou todos os seus desdobramentos, é um desafio defini-lo. Ainda mais porque não se trata simplesmente de textos informativos com dados falsos ou falseados, esses seriam somente um dos aspectos da questão. De acordo com alguns estudiosos, como a pesquisadora norte-americana Claire Wardle¹ as *fake news* são apenas uma dimensão de um problema muito mais abrangente: estaríamos diante da emergência de um ambiente de insegurança informacional generalizada, complexo e multifatorial, que ela chamou de “ecossistema de desinformação”.

Quando se verifica que termos socialmente assentados, como seriam a comunicação e a informação, estão em certa medida sendo (re) significados – afinal, ambos são identificados com a exatidão, a verossimilhança, a referencialidade – é salutar refletir a respeito de como adquiriram a concepção corrente, bem como qual é o contexto cultural em que são transformados. Quando um tema ganha importância, ainda mais por seus impactos nefastos, acreditamos ser necessário voltar aos clássicos, aos autores que fundamentam um campo de conhecimento, buscando em suas formulações pistas para a reflexão a respeito de uma problemática emergente.

¹ Diretora-executiva do projeto First Draft, mantido pelo Centro Shorestein de Mídia, Política e Políticas Públicas, da Escola de Governo John F. Kennedy, da Universidade Harvard, Estados Unidos.

Por isso, este artigo pretende revisitar alguns tópicos da obra do educador brasileiro Paulo Freire (1922-1997) que fazem alusão ao conceito de comunicação, de modo que, ao resgatarmos o pensamento do autor, estejamos munidos de argumentos mais consistentes para refletir, em um primeiro momento, a respeito das *fake news*. A envergadura de seus escritos, no entanto, nos autoriza a alargar a reflexão para o sentido da comunicação (e do jornalismo, uma de suas modalidades) no espaço público.

Apesar de não se considerar um teórico da comunicação, o autor não se furtou, em sua obra, a discutir tanto o fenômeno como o conceito, seja como processo humano primário e/ou em sua vertente tecnológica – os chamados meios de comunicação – nos quais se destacam, para efeito deste texto, os jornalísticos. Na conversa com Sérgio Guimarães, publicada no livro **Sobre educação (diálogos)** (1984), Freire tece várias considerações a respeito da mídia e do jornalismo na sociedade e, por consequência, na escola. Em período anterior (1968), quando estava exilado no Chile, escreveu **Extensão ou Comunicação**, considerado o livro mais importante a respeito do tema. Além disso, em **Educação como Prática da Liberdade** (1976) chamou a atenção dos educadores para o fato de que a comunicação é uma construção humana e, portanto, precisa ser ensinada: “precisávamos de uma Pedagogia da Comunicação, com que vencêssemos o desamor acríptico do diálogo” (FREIRE, 1976, p. 108). Nossa premissa neste texto é que a Pedagogia da Comunicação precede a Pedagogia da Notícia, em termos de dar-lhe fundamento e conceituação.

Fake News e jornalismo

Os *pogroms*, termo russo que se refere aos violentos ataques cometidos por populações não judaicas aos judeus, ocorreram na Europa oriental na primeira metade do século passado. Rússia, Polônia e Alemanha foram países em que o povo judeu foi perseguido e martirizado. Os ataques, cujas estratégias principais eram a destruição das vilas e das casas e o estupro de mulheres, foram antecedidos por boatos, espalhados por várias regiões, que afirmavam serem os judeus colaboradores dos alemães, bem como capazes de façanhas, como a de untar o corpo com unguentos que os tornariam imunes aos bombardeios.

Este é somente um exemplo, citado pelo biógrafo da escritora Clarice Lispector, Benjamin Moser, de eventos históricos nos quais uma onda de rumores, cuidadosamente disseminada, acarretou consequências terríveis. Com efeito, a desinformação, a contrainformação, o equívoco, o boato, os mexericos, as fofocas, as maledicências e toda sorte de coisas do tipo, destinadas a criar confusão e escândalo, proliferam em várias épocas e culturas.

Não se pode afirmar com certeza de que a origem dos boatos, no exemplo acima ou em outros, tenha sido a imprensa, mas não se deve desconsiderar o papel de “caixa de ressonância” desempenhado pelos jornais e posteriormente pelos demais meios de comunicação. Como prática humana ligada à produção de notícias, estreitamente vinculada à informação, o jornalismo é uma forma histórica e cultural que se modifica ao longo dos tempos. De acordo com Nilson Lage (1990) o jornalismo não pode ser considerado um gênero lite-

rário, porque sua forma ficaria em segundo plano, “a ênfase desloca-se para os conteúdos, para o que é informado” (LAGE, 1990, p. 35). No jornalismo, a forma funciona, de fato, como uma fôrma, pois é uma técnica. Suas raízes são anteriores ao modo de produção capitalista, mas foi nele que desenvolveu sua dinâmica atual: “O jornalismo se propõe processar informação em escala industrial e para consumo imediato”, define (LAGE, 1990, p. 35).

A notícia, matéria-prima do jornalismo, foi composta em diversos formatos, alguns mais semelhantes ao texto literário, outros ao artigo de opinião e, a partir de meados do século XX, em um texto “objetivo”, cujo primeiro parágrafo, o *lead*, resumiria o acontecimento, a partir da resposta às perguntas clássicas: quem? Fez o quê? Quando? Onde? Por quê?

Assim, se tomarmos como exemplo o caso do jornalismo brasileiro, que teve início na época imperial, os primeiros jornais eram efêmeros, alguns tiveram poucas edições, eram amadores, feitos por pessoas ligadas a partidos políticos que se notabilizavam por disseminar sátiras, calúnias e ataques aos opositores (SODRÉ, 1983). Já no final do século XIX, a imprensa se profissionaliza, quando são fundados os primeiros jornais empresariais, respaldados pelo modelo norte-americano. Mais tarde, na década de 1950, o jornalismo e os jornais brasileiros entram definitivamente para a contemporaneidade, tanto em sua organização empresarial como no conteúdo (no qual a adoção do *lead* jornalístico é a principal característica). A notícia ganha, nessa ocasião, o estatuto de forma primordial da narrativa jornalística.

Nem tudo foi, porém, linear assim. Nelson Werneck Sodré, em sua **História da Imprensa Brasileira**, afirma que foi (e é) constante o embate entre informação, opinião e publicidade. “A luta entre a informação e a opinião não foi a única que marcou o desenvolvimento da imprensa; logo apareceu a luta entre a opinião e a publicidade, que era a forma organizada que a propaganda assumia.” (SODRÉ, 1983, p. 4). Ou seja, na atividade jornalística sempre resta uma zona de sombra, nos quais os limites entre veracidade e falsidade estão sob tensão, de modo que interesses econômicos, projetos políticos e ideológicos entram como elementos de disputa pelas narrativas. A notícia, apesar de ser composta por uma técnica aparentemente neutra, pode dissimular vários vieses ideológicos. Basta observarmos, apenas para deixar um exemplo, quais fontes são selecionadas para serem entrevistadas sobre determinado assunto: por que fulano e não siclano? Quem estabelece o critério de hierarquização de fontes e qual o fundamento desse critério?

Se a problemática era complexa numa época de predomínio da mídia impressa, analógica, a era do audiovisual agravou as dificuldades, que hoje explodem com a emergência das mídias digitais. Computadores, *tablets*, celulares e afins, ao convergirem, mudaram o próprio conceito de comunicação e de informação – e tal aspecto pode ser compreendido ao mesmo tempo como causa e consequência da globalização. Receber notícias, estar informado e comunicar-se são situações cada vez mais difíceis de discernir, pois os conceitos foram embaralhados. Tal situação não acontece somente no Brasil, mas em ordem planetária.

É preciso considerar, portanto, que a produção e a conseqüente demanda por informação (e seu contrário, a desinformação) não apenas aumentaram em escala, mas vem ocorrendo uma mudança no próprio sentido daquilo que se entende por informação. Quando associada ao jornalismo, a informação é correlata à formação de uma opinião pública, na qual características como a referencialidade, por exemplo, são cruciais. A esse respeito, Lage afirma:

a comunicação jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Isto impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa [...] O domínio da referencialidade permite diferenciar a linguagem jornalística da linguagem didática, ainda quando esta se propõe a divulgação do conhecimento ou divulgação científica. (LAGE, 1990, p. 39).

É por isso que, ainda hoje, tende-se a considerar verdadeiro aquilo que nos aparece com roupagem informativa. A notícia aponta para fora de si mesma, dissimulando sua urdidura interna e suas condições de produção. O pensamento liberal reconheceu a notícia (e, por extensão, a imprensa) como fomentadora da liberdade de opinião e dos ideais democráticos. O contexto, no entanto, se transformou.

Fatores como o fácil acesso às tecnologias móveis, o incremento do individualismo, a precarização do trabalho humano, as deficiências dos sistemas de ensino – que muitas vezes ainda não encontraram maneiras de educar as novas gerações conectadas – formam um ambiente no qual a fragmentação, a dispersão da atenção e a falta de repertório contribuem para um estado em que o texto jornalístico se afasta cada vez mais da informação e esta da comunicação. Não é difícil produzir textos ou imagens com aspecto jornalístico, com qualquer conteúdo, e transmiti-los rapidamente com os recursos tecnológicos em mãos.

O fenômeno das *fake news* prolifera nesse caldo de cultura, borrando fronteiras entre veracidade e falsidade, entre exatidão e conveniência. De acordo com Claire Wardle, em entrevista publicada no blog Porta 23, trata-se de algo mais profundo do que apenas notícias mentirosas. A pesquisadora propõe o termo “ecossistema de desinformação” para os fatos pelos quais o jornalismo tem passado neste início de século. Para o projeto dirigido por ela, pelo menos setecaracterísticas distinguem as notícias falsas:

1 - Sátira ou paródia – sem intenção de causar dano, mas com potencial para enganar. 2 - Conteúdo enganoso – uso enganoso de informações para enquadrar um problema ou indivíduo; 3 - Conteúdo falso – quando o conteúdo genuíno é “batizado” com falsas informações contextuais; 4 - Conteúdo impostor – quando informações falsas são atribuídas a fontes genuínas; 5 - Conteúdo manipulado – quando informações ou imagens verdadeiras são manipuladas para enganar. Por exemplo: uma

foto “fotoshopada”; 6 - Conteúdo fabricado – quando o conteúdo é 100% falso, projetado para enganar e prejudicar; 7 - Associação falsa – quando manchetes, imagens ou legendas não são condizentes com o conteúdo (BLOG PORTA 23)².

É interessante observar que a autora aponta diretamente para um ambiente de “desinformação”, enfatizando que este pauta atualmente a sociedade. As *fake news* não diriam respeito somente a temas políticos e proliferariam em épocas eleitorais – embora seus efeitos sejam mais sentidos nestas situações – mas se tratam de simulacros noticiosos que abrangem diversas editorias e são transmitidas em diversos meios de comunicação. Atendem a interesses políticos, ideológicos, culturais, comportamentais. As recentes notícias falsas a respeito da inutilidade ou até malefício da vacinação, por exemplo, já são reconhecidas no meio médico como um dos fatores que estão contribuindo para o ressurgimento de doenças tidas como erradicadas, tornando-se uma ameaça à saúde pública.

É também forçoso notar que as sete características elencadas pela pesquisadora – e efetivamente podem ser muitas mais – cobrem várias dimensões da técnica e da narrativa noticiosas. O uso da narrativa jornalística torna verossímil o conteúdo falso ou falseado, uma vez que o leitor/espectador/usuário já está acostumado aos seus modos de codificação e regimes de fruição. Assim, o escopo do fenômeno parece ter se tornado bem mais abrangente, bem como sua disseminação.

Paulo Freire: educador que pensou a comunicação

A obra de Paulo Freire, pela contribuição teórico-metodológica que deu à educação brasileira, é considerada um clássico da área, na melhor acepção deste termo: clássica por (re)definir todo um campo de estudos, mas, justamente por sua riqueza, deixando em aberto uma gama de questões a serem desdobradas/complementadas/aprofundadas por outros autores. O autor não somente refletiu a respeito da educação, mas alicerçou este tema no interior de uma teoria do conhecimento. Além disso, ele foi reconhecido mundialmente – e ainda o é – por ter criado uma dinâmica de alfabetização de adultos e a implantado com sucesso, de tal modo que seu pensamento é objeto de estudo e de reflexão para diversos pesquisadores ao redor do mundo. Nem a rejeição ideológica de alguns setores da sociedade brasileira às suas ideias arrefece a pujança de seus argumentos, ao contrário, confirma a justeza de suas ideias e as linhas gerais da análise freireana.

Freire tem muito a nos ensinar a respeito da comunicação, sejamos nós comunicadores, educadores ou membros do público. Venício Lima, estudioso deste tema na obra freireana, no livro **Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire** (1981), afirma que uma das razões pelas quais as ideias do educador pernambucano atraem os comunicadores é o fato que:

² Disponível em: <<https://porta23.blogosfera.uol.com.br/2017/05/31/bem-vindo-ao-blog-porta-23/>>. Acesso em: 17/07/2018.

[...] A maior parte do trabalho de Freire é devotada explicitamente ao problema da educação, ou àquilo que ele chama de ação cultural, o que traz implicações diretas para os estudiosos da comunicação, em pelo menos dois níveis. Ao nível filosófico, o próprio Freire equipara educação com comunicação, uma vez que não utiliza ambos os termos indistintamente, mas também os iguala em sua epistemologia. Ao nível social, os sistemas de comunicação – sobretudo de comunicação de massa – podem ser considerados como tendo a mesma função simbólico-ideológica dos sistemas educacionais nas sociedades capitalistas. (LIMA, 1984, p. 10-11).

Lima adverte, no entanto, que Freire foi (e ainda é) um autor menosprezado nas ciências da Comunicação, uma vez que a tradição de estudos da área foi fundada pela matriz funcionalista ou behaviorista. Somente a partir da década de 1990, a indissolubilidade entre comunicação e cultura, enfatizada pelo educador, foi mais bem compreendida.

A educação, para Freire, define-se como diálogo:

O diálogo com as massas não é concessão, nem presente, nem muito menos uma tática a ser usada, como a sloganização o é, para dominar. O diálogo, como encontro de homens para a ‘pronúncia’ do mundo, é uma condição fundamental para a sua real humanização. (FREIRE, 1975, p. 160).

Diálogo pressupõe intersubjetividade, troca, imersão no universo cultural de outrem. Nessa perspectiva, o diálogo se funda na comunicação e a transforma, pois são inseparáveis. O homem educado seria aquele que conquistou os elementos para a “pronúncia” da realidade em que vive. Ele não é mais objeto, mas sujeito de seu ser social:

Aprender a ler e escrever deve se constituir numa oportunidade para que os homens conheçam o verdadeiro significado da expressão dizer a palavra: um ato humano que implica reflexão e ação. Como tal, trata-se de um direito humano primordial, e não privilégio de uns poucos. Dizer a palavra não é um ato verdadeiro a menos que esteja simultaneamente associado ao direito de autoexpressão e expressão do mundo, de criar e recriar, de decidir e escolher e, em última análise, de participar do processo histórico da sociedade. (FREIRE, 2007, p.12).

Educação e comunicação estão, pois, entranhadas uma à outra. Ambas são relações sociais e políticas:

Os homens não podem ser verdadeiramente humanos sem a comunicação, pois são criaturas essencialmente comunicativas. Impedir a comunicação equivale a reduzir o homem à condição de “coisa”... Somente

através da comunicação é que a vida humana pode adquirir significado. (FREIRE, 1975 apud LIMA, 1981, p. 63).

O importante, então, seria compreender qual o sentido preciso que a comunicação adquire no pensamento de Freire, uma vez que o autor não aceita uma leitura instrumental, identificando-o somente com a técnica (no sentido de se constituir apenas em meios/canais ou procedimentos a serem aplicados para se comunicar). De acordo com ele, a comunicação seria uma prática humana que deve ser vivida/estudada a partir de uma matriz cultural. A comunicação é realizada no terreno do simbólico, entre seres humanos espacial e historicamente referenciados, na busca do compartilhamento de sentidos. Para deixar mais clara a concepção freireana, no livro **Extensão ou Comunicação**, o autor afirma o "equivoco gnosiológico" dos agrônomos e técnicos agrícolas que atuavam na área rural chilena, por tentarem impor a modernização de práticas de cultivo e criação sem levar em consideração os saberes prévios dos camponeses. Freire usou o termo "extensão" para denominar aquilo que a comunicação, a seu ver, não é:

[...] Na medida em que, no termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Mas, como este algo que está sendo levado, transmitido, transferido (para ser, em última instância, depositado em alguém – que são os camponeses) é um conjunto de procedimentos técnicos, que implicam em conhecimento, que são conhecimento, se impõem as perguntas: será o ato de conhecer aquele através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo do outro? Pode este conteúdo, que é conhecimento de, ser 'tratado' como se fosse algo estático? Estará ou não submetendo o conhecimento a condicionamentos histórico-sociológicos? Se a pura tomada de consciência das coisas não constitui ainda um 'saber cabal', já que pertence à esfera da mera opinião (*doxa*), como enfrentar a superação desta esfera por aquela em que as coisas são desveladas e se atinge a *razão* das mesmas? (FREIRE, 2010, p. 26).

O termo extensão é empregado por Freire não apenas no sentido de extensão rural, mas como uma metáfora de certo modo de interação, no qual alguns sujeitos consideram os outros como objetos, recusando-lhes o papel de interlocutores. Quando há uma situação de extensão, o saber é propagandístico, retira-se dele qualquer possibilidade de comunicação, uma vez que se fazem verticalmente "comunicados". De fato, a ideia de "transmitir algo a alguém", tão presente tanto nas teorias pedagógicas como nas teóricas comunicativas mais conservadoras, transformaria o saber "vivo" em saber "morto". A verticalidade da extensão impede a emancipação dos sujeitos, uma vez que fecha o caminho para que, por meio da ação, o homem se (re)crie.

A comunicação – prática humana por excelência – é construída justamente no sentido oposto. Na comunicação até pode haver hierarquia entre os interlo-

cutores, mas aquela fundada no reconhecimento recíproco, no respeito, e não na dominação ou no autoritarismo. Comunicar-se exige disposição, esforço, atitude, enfrentamento de diferenças. Na extensão o mundo do outro é invadido, com vistas à dominação simbólica; na comunicação o mundo do outro é compreendido, com vistas à emancipação mútua. Comunicação, para Freire, é caminho para a ação.

A influência freireana, portanto, vai muito além da educação e/ou da pedagogia, mas perpassa outras áreas do conhecimento, entre elas a comunicação. Ao advogar que o conhecimento escolar precisa ter como ponto de partida a realidade social – para a ela retornar – uma das manifestações culturais da contemporaneidade que chama a atenção do autor são os meios de comunicação. Eles são, na sociedade contemporânea, e neste ponto Freire demonstra extrema acuidade analítica, dispositivos sofisticados de propaganda, por conseguinte, promotores de extensão.

É por esse motivo que Paulo Freire reflete a respeito do tema e o incorpora em um projeto maior:

Mas mesmo quando não venho tratando desses chamados meios de comunicação em trabalhos anteriores, mesmo quando não falo diretamente sobre eles, eu os considero, por exemplo, dentro do horizonte geral da teoria do conhecimento que venho desenvolvendo nos meus trabalhos sobre educação. (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 40).

De fato, não há como apartar a realidade escolar da realidade midiática, e vice-versa. No interior da teoria do conhecimento freireana, é importante aclarar o termo comunicação. Para ele, não se deve confundir meios de comunicação com o processo social que lhe serve de justificativa, muito menos pretender que tais meios ensejem qualquer forma de diálogo. Fernanda Ribeiro nos lembra que:

Uma das questões fundamentais que tratamos aqui é o alerta que Freire nos coloca para o equívoco gnosiológico do termo comunicação: a comunicação midiática é antidialógica e como tal incompatível com o termo comunicação. Os meios de comunicação, na verdade, são meios de “comunicados” [...] (RIBEIRO, 2013, p. 2).

Ou seja, para entendermos o caráter antidialógico, extensivo, intrínseco aos meios de comunicação, é necessário que tenhamos em mente o que Freire formulou como teoria da comunicação humana.

Em Freire, está presente a ideia de que a educação é realizada pela comunicação. Segundo ele:

Ensinar e aprender são assim momentos de um processo maior – o de conhecer, que implica re-conhecer. No fundo, o que eu quero dizer é que o educando se torna realmente educando quando e na medida em que

conhece, ou vai conhecendo os conteúdos, os objetos cognoscíveis, e não na medida em que o educador vai depositando neles a descrição dos objetos, ou dos conteúdos. (FREIRE, 1994, p. 47).

É reiteradamente presente na obra freireana a noção de (inter) subjetividade. A comunicação faz a mediação entre os seres humanos, desta forma não somente nomeia o mundo, mas também o representa e o projeta para o futuro. Não nos servimos da comunicação, mas com ela entramos em atividade com os outros. A ação leva à reflexão, a reflexão à ação, de modo que os homens, quando em diálogo, (re)fazem seu mundo.

Por uma Pedagogia da Comunicação

Como já descrito, o termo Pedagogia da Comunicação foi proposto por Paulo Freire em uma nota de rodapé do livro **Educação como prática de liberdade**. Este termo coroa, por assim dizer, as formulações do autor a respeito do tema. Quando afirmou que o mundo humano é “um mundo de comunicação” (2010, p. 66) Freire enfatizou o caráter mediador da comunicação, que é simultaneamente processo e ato. Quando alguém se comunica, não o faz somente porque tem a intenção, mas realiza, de fato, uma ação. É por isso que comunicação nenhuma pode ser imposta, sob pena de ser apenas um “comunicado”. A comunicação tem por característica principal a horizontalidade: podemos ser diferentes, mas a palavra de cada interlocutor é merecedora de respeito.

Os meios de comunicação possuem grande alcance e poderiam promover o diálogo, mas, tal qual funcionam em nossa sociedade, paradoxalmente, acabam por desencorajá-lo ou mesmo impedi-lo. Estão comprometidos com interesses particulares. De acordo com o autor, a lógica dos meios de comunicação pauta-se pela incomunicação, pela extensão, ocasionando a massificação do público.

Nota-se que seu pensamento foge aos esquemas tradicionais, tanto da Teoria da Comunicação como na Ciência da Educação. É interessante observar que até a nomenclatura utilizada para se referir ao público, nas teorias da comunicação funcionalistas, ressaltam seu caráter passivo: audiência (“aqueles que escutam”), usuário, telespectador, entre outros. E nas ciências da educação e nas teorias pedagógicas mais tradicionais percebemos a ênfase no aluno como aquele “sem luz”, que precisa ser ensinado, etc. Paulo Freire afirma que não existe sujeito passivo: ou a comunicação é possível, ou não é. Por isso a relevância, para o autor, de uma leitura crítica da comunicação e de uma pedagogia comunicacional.

Nesse ponto do raciocínio, formula-se a pergunta: quais seriam os elementos de uma Pedagogia da Comunicação? Apesar de não dispor de respostas prontas – e o engessamento do pensar era refutado veementemente por Freire – podemos ensaiar algumas premissas. A primeira delas é considerar a mídia como elemento de cultura, como um aparato que diz sobre o mundo em que vivemos, simultaneamente agindo sobre ele e o refletindo. A comunicação, seja ela midiática ou não, é objeto de aprendizagem. Não estamos advogando que

as características técnicas devam ser menosprezadas, mas o próprio desenvolvimento técnico é fator de cultura. O comunicador e o professor estão diante de grandes desafios, pois seus papéis sociais se interpenetraram: não se concebe mais um professor que não seja educador e um comunicador que não compreenda a dimensão formadora de seu ofício.

A comunicação é uma construção social, portanto, é tarefa da escola se debruçar sobre ela. A comunidade escolar está imersa no mundo da comunicação; a sala de aula funciona como um microambiente comunicativo: professores, alunos, funcionários e pais interagem. O momento da aula é comunicativo por excelência, embora muito pouco se reflita a respeito da qualidade desta interação para os objetivos de ensino-aprendizagem.

A comunicação midiática igualmente é construída socialmente. Não estamos propondo neste texto que seja criada mais uma disciplina curricular, mas que o tema “crítica de mídia” seja transversal aos programas escolares para os alunos e tópico de conversa nos treinamentos de educação continuada para docentes. Não é possível “ensinar” a ver televisão, e seria talvez perda de tempo escrever um manual de como assistir televisão, por exemplo. Se entendermos, no entanto, o que é a televisão, como artefato técnico, dispositivo de linguagem e mediação, qual é o seu papel no sistema midiático etc., quem sabe a assistiremos com um olhar mais aguçado. Isso pode ser realizado a partir da discussão de experiências concretas de recepção. Não é o caso de fazer apologia ao meio; e nem de demonizá-lo, mas encará-lo como algo que serve para ser pensado. O mesmo vale para o fenômeno das *fake news*. Reconhecer que existem, que servem a interesses, que é preciso checar as fontes etc., são assuntos que precisam emergir na realidade escolar a partir das experiências concretas de recepção de professores e alunos, e não de situações idealizadas de manuais.

Outro elemento a se considerar é que a educação precisa pautar a mídia, e que a mídia precisa abraçar a tarefa educativa. A educação é um tema valioso, de enorme alcance social, mas ainda permanece o vício editorial de noticiá-la pelo viés dos seus produtos, e não de seus processos. Quantas matérias jornalísticas são feitas sobre resultados de testes nacionais e internacionais, mas nem sempre a respeito do dia a dia das salas de aula. A espetacularização dos temas educacionais pela mídia muitas vezes obnubila questões mais urgentes.

Quando professores e comunicadores se ausentam, atores outros entram em cena, angariando prestígio e autoridade em nome da educação, na defesa de privilégios. A comunicação precisa de uma pedagogia porque se faz passar por natural, para atender à ambição de alguns grupos. Temos observado, no caso das *Fake News*, que alguns governos e instituições têm tomado iniciativas para minimizá-las, mas não questionam o ambiente institucionalmente favorável a que grandes conglomerados de mídia concentrem dados e, conseqüentemente, poder. Por isso, em relação às *fake news*, podemos perguntar: que modalidades de relação comunicativa estamos estabelecendo uns com os outros? A quem servem essas notícias? Estamos alfabetizados (no sentido da “leitura do mundo” freireana) para lidar com elas? Elas podem ser vistas como sintoma de uma fragmentação generalizada da nossa percepção?

O mesmo ocorre com a educação: se ela não é problematizada, sua organização e suas práticas passam por inquestionáveis. O *marketing* educacional muitas vezes “vende” concepções de ensino que soam como razoáveis, não fossem porta-vozes de interesses econômicos e/ou empresariais. A informatização da educação é um exemplo: usar computadores e outros recursos não se constitui em um problema, a questão é considerar que a mera presença desses dispositivos por si só elevaria a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Um terceiro elemento é a consideração de que a Pedagogia da Comunicação é diversa da Pedagogia pela Comunicação. Na primeira acepção, a comunicação é um fundamento dialógico, que vai se desdobrar em práticas engajadas. No segundo caso, a comunicação não é a essência da proposta, mas tão somente um recurso do qual se lança mão (ou não). A originalidade de Freire está em considerar a comunicação como algo que se constrói junto no ato educativo; não é algo que se acrescenta depois. Para ele, educação, comunicação e cultura formam uma tríade.

Notícias falsas como “palavras falsas”

A pedagogia da notícia é alicerçada na pedagogia da comunicação. Paulo Freire foi também um estudioso perspicaz da linguagem humana. Ele recorre ao termo “palavra falsa” para explicar a relação político-educativa, que se expressa pela comunicação: “Nossa existência não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco nutrir-se de palavras falsas, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo” (FREIRE, 2005, p. 90).

A palavra falsa, que é oca e vazia, se opõe à palavra autêntica, emancipatória. O termo “palavra falsa” denuncia tão somente o caráter falseador de certos conteúdos linguísticos, mas também a falsidade como falta de sentido, de confusão. É interessante observar que no universo da internet, o termo “buzz” se refere ao burburinho da informação, à constante alimentação de conteúdo, tomando como parâmetro somente o volume, e não a qualidade. Cabe, então, pensar em uma analogia entre o ecossistema de desinformação, expresso entre outros fenômenos pelas notícias falsas, e o conceito de “palavra falsa”. Podemos afirmar, amparados por Freire, que as notícias falsas o são não apenas pelos equívocos e a insegurança que promovem, mas por povoarem o ambiente comunicacional de um volume de dados e fatos vazios, sem articulação e sem sentido, dificultando a perspectiva crítica e uma leitura autêntica do mundo.

Considerações finais

Se vivemos em um “ecossistema de desinformação”, como afirma Warde, é crucial questionarmos o porquê nossa sociedade chegou a esse ponto e os motivos pelos quais a informação não tem se prestado à promoção do diálogo social, mas ao seu contrário. Quais são as razões que afastam a informação e a comunicação na contemporaneidade. Quando o cidadão se sente informado diante de uma notícia falsa, provavelmente porque não teve o cuidado de questionar seu conteúdo nem as fontes, estamos diante de alguns sintomas. Um de-

les diz respeito à educação: talvez o cidadão não se questione porque nem saiba que, na era das mídias digitais, esta é uma precaução que se faz necessária.

O fenômeno das *Fake News* provavelmente nos aponta para a falência dos nossos sistemas comunicativos e, principalmente, da nossa compreensão do que seja comunicação. E também nos indica que o caminho da educação tenha que ser reorientado. Somos capazes de ler a palavra, mas não exercitamos a leitura do mundo. No *whatsapp* e outros aplicativos de comunicação, bem como nas mídias sociais, escrevemos e lemos mensagens a todo o momento, mas estamos desprovidos de ferramentas que nos permitam contextualizá-las. Ficamos acorrentados a uma eterna presentificação, somos “massificados”, para usar um termo de Freire, ainda que sob o apelo da expressão individual.

Recorrer às ideias de Paulo Freire é uma tentativa de encontrar a radicalidade (no sentido de “buscar a raiz”) do conceito de comunicação. O autor convoca a educação a desmistificar as condições de opressão social, entre elas fazendo uma crítica a todas as situações de incomunicação, principalmente aquelas promovidas pelos aparatos institucionais de mídia. A comunicação autêntica pode (e deve) ser ensinada, mas não no sentido escolar: é uma pedagogia da prática, aprendemos a nos comunicar dialogando, interagindo e refletindo.

Venício Lima afirmou: “Freire não foi o primeiro nem é o único a acrescentar uma dimensão política à comunicação [...] mas é o único membro categoricamente social e político da tradição de estudo da comunicação como diálogo” (LIMA, 1984, p. 79).

Uma pedagogia da comunicação tem como pressuposto o estudo das condições prévias para a comunicabilidade e como horizonte o estudo das condições efetivas de comunicabilidade, bem como de sua contextualização na realidade social. Quando se fala em *fake news*, entra-se em um universo no qual os conceitos de jornalismo, notícia, informação etc. estão em jogo, mas a articulação entre eles e a inserção em uma realidade sociocultural mais ampla também deve ser levada em conta.

For pedagogy of the news: the concept of communication in paulo freire

Abstract

This article proposes a review of the concept of communication proposed by the Brazilian educator Paulo Freire (1922-1997) with the aim of contributing to the understanding of the emerging phenomenon of fake news in the contemporary scenario. Fake news, according to media scholars, are one indication that we would be living in a time of widespread misinformation. Although he was not a graduated communicator, several references to communication as a concept pertinent to education (and vice versa) are present in Freire's work. The author advocated the indissolubility between education, communication and culture so that when we consider the interface between the-

se fields of knowledge, we move towards the construction of a Pedagogy of Communication. Freire affirmed that the educational act is only considered as such if there is dialogue, in an interpellation to otherness. Communication is a social relationship, so we need to educate ourselves to media criticism.
Keywords. Fake news. Pedagogy of Communication. Paulo Freire.

Referências

- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2010. (Col. O mundo, hoje).
- FREIRE, P; GUIMARÃES, S. **Sobre Educação (diálogos)**. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LAGE, N. **Linguagem Jornalística**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- LIMA, V. **Comunicação e Cultura: as ideias de Paulo Freire**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MOSER, B. **Clarice, uma biografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- PORTA 23 (Blog). Disponível em: <<https://porta23.blogosfera.uol.com.br/2017/05/31/bem-vindo-ao-blog-porta-23/>>. Acesso em: 17/07/2018.
- RIBEIRO, F. Paulo Freire na comunicação e os meios de “comunicados”. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, p. 78, dezembro, 2013.
- SODRÉ, N. W. **História da Imprensa Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

